

RESPOSTAS COLETIVAS AOS ATAQUES DIRIGIDOS AOS ASSISTENTES SOCIAIS DO INSS E AOS DEMAIS SEGMENTOS DE TRABALHADORES(AS)

“Apesar de você, amanhã há de ser outro dia!”

Chico Buarque

Recentemente, ao longo das últimas semanas, a categoria profissional das(os) assistentes sociais do INSS passou a ser alvo de fortes e vis ataques em redes sociais por parte de alguns poucos servidores(as) do próprio instituto. Embora tais ataques possam nos causar um misto de sentimentos, a exemplo de raiva, revolta, indignação, ansiedade, decepção, tristeza, perplexidade, constrangimento, etc., o fato é que tal situação não é nenhuma novidade para nós. Este tipo de comportamento incivilizado, covarde, agressivo e até mesmo reacionário por parte dessa fração diminuta e inexpressiva de servidores(as) do INSS já aconteceu em outros momentos da nossa história. Mas, afinal, qual a razão dos mais recentes ataques que temos sofrido por esse “grupo”?



A razão não é meramente algo simples. Ela é histórica e tem a ver, essencialmente, com o tipo de projeto profissional que o próprio Serviço Social brasileiro e, por conseguinte, também o Serviço Social na previdência, vêm tentando construir e defender ao longo dos últimos 40 anos. O III Congresso



Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), realizado na cidade de São Paulo, em 1979, e que ficou eternizado entre nós como “o Congresso da Virada”, é uma das chaves para compreendermos o significado sócio-histórico desses ataques. Desde esse momento as vanguardas do Serviço Social brasileiro adotaram um compromisso profissional e histórico de aliança com a classe trabalhadora, da qual, aliás, fazemos parte. Essa aliança também implicou em um abandono, uma “ruptura” com as práticas profissionais conservadoras, alienadas e alienantes, que buscavam o ajustamento e o controle dos sujeitos aos interesses do Estado, dos patrões e das instituições empregadoras. Exigiu de nós também o necessário abandono da pseudo “neutralidade” profissional, a reafirmação e luta por direitos sociais, pela defesa dos serviços públicos, da qualidade dos serviços prestados à população usuária, da responsabilização e dever do Estado na proteção social da classe trabalhadora e a reafirmação da previdência social enquanto direito de seguridade social, pública, universal e de qualidade.

Notadamente, em uma sociedade situada em um país da periferia do capitalismo mundial e que passou pelo traumático processo político, econômico, cultural, ideológico e social do neoliberalismo de Estado, a partir dos anos 1990, não é de se estranhar que o nosso projeto profissional desperte sentimentos tão antagônicos, entre ódios e paixões. A cultura do individualismo, bem representada pelo ditado popular “farinha pouca, meu pirão primeiro”, o culto ao “deus” mercado, a satanização do Estado, das políticas sociais, a criminalização da política (expressa no “sem partido, sem sindicato”), o aumento do desemprego estrutural, a precarização do mundo do trabalho, a reestruturação produtiva (metas, “colaboradores”, programas de gestão etc.), o incentivo às disputas e à competitividade, a exaltação ao “*self made man*”, revisitada nos tempos atuais pela valorização ideológica do “empreendedorismo”, entre outros, têm contribuído bastante, até os dias atuais, para estabelecer processos ideológicos que têm forte repercussão nas mentes, na subjetividade e no comportamento de parcela expressiva da classe trabalhadora no Brasil. E, nesse contexto, essa fração agressiva de “colegas”, servidores(as) do INSS, que intentam nos atacar, não está à parte.

Este processo histórico foi doentamente piorado ao longo dos 4 últimos anos, nos quais passamos por um governo de feições fascistas, de caráter ultraneoliberal e que agregou ainda uma expressão desumana e deprimente do que há de pior na alma e nas relações sociais humanas (machismo, misoginia, racismo, xenofobia, exaltação à tortura, homofobia, indiferença, violência) em toda a sua essência incivilizada. O “direito democrático de opinião” passou a ser confundido com o direito de atacar, humilhar, desqualificar, criminalizar, ofender e difamar pessoas, grupos e categorias. Seus horrores internos, antes compelidos por um certo constrangimento e senso mínimo de civilidade, ou



ainda, pelo receio de punição, passaram a ser liberados, sem pudor algum, por um sentimento de impunidade e desejo perverso de aniquilar aquilo e aqueles que são enxergados como sendo a sua antítese, o seu oposto, aquilo que é diferente e contrário a você, ao seu pensamento, à sua natureza. Consequentemente, por esta lógica rasa e imatura, “se não está comigo, então, está contra mim!”. E, certamente, em relação a essas frações específicas de servidores(as) do INSS, que nos atacam sistemática e agressivamente, é preciso reafirmar, sem tergiversar, que somos sim bastante diferentes. Eis a raiz, a razão dos ataques!

Entre esta parcela diminuta de servidores(as) do INSS que nos atacam nas redes sociais, observamos igualmente ataques aos aposentados e pensionistas, os quais são desrespeitados, vistos como pesos-mortos, inúteis e que deveriam ser abandonados por atrapalhar as negociações e as deliberações que poderiam beneficiar os “ativos”, sendo este um traço claro do “etarismo”, um preconceito odioso contra os mais idosos em nosso país, contra companheiras e companheiros que tanto fizeram, lutaram e contribuíram para que, hoje, tivéssemos as conquistas materializadas em nossos contracheques. Vale recordar, principalmente para aqueles(as) que se esqueceram ou ignoram a luta histórica das entidades representativas e dos militantes que hoje possam estar aposentados(as) que, no edital do certame 2003 (o primeiro do primeiro governo Lula, após uma década sem concurso público algum para o INSS), a remuneração dos técnicos (nível médio) era de pouco mais de dois salários mínimos, enquanto que a dos analistas (nível superior) era de pouco mais que **quatro salários mínimos**, sendo que, nos anos 1990, a remuneração dos(as) servidores(as) não chegava a **um salário mínimo. Nada foi concessão, foi fruto da luta histórica desses trabalhadores! Por isso, respeitem os nossos aposentados!!**

Ainda há ataques, com bastante frequência e desprezo, aos trabalhadores e trabalhadoras de outros ministérios, como, por exemplo, os nossos companheiros servidores e servidoras do Ministério da Saúde, do Ministério do Trabalho, em um viés nitidamente elitista, com inclinações separatistas, defendendo que haja um afastamento “asséptico” destes últimos em relação aos servidores do INSS, incentivando, assim, uma organização sindical que represente apenas e tão somente os interesses dos(as) servidores(as) do INSS e que nos afastemos daquilo que estes *haters* costumam denominar de “carreirão”. Não sabem eles/as, inclusive porque não costumam ter a história como sua conselheira, que grande parte das conquistas do INSS se deve à força, ao tamanho e à união do conjunto dessas categorias de diferentes ministérios, unidas em greves passadas e que, muitas das vezes, contribuíram para que tivéssemos conquistas mais vantajosas para a própria categoria de



servidores(as) do INSS no Brasil. **É preciso entender que devemos muito a estes companheiros de outros ministérios e que só a unidade pode nos levar adiante e fortalecer as nossas pautas! Por isso, respeitem os companheiros da Saúde e do Trabalho!**

Outros que também têm sido bastante atacados por esta fração de grupo de servidores(as) do INSS são os concursados do último concurso do INSS (2022). Estes jovens que, assim como nós, no passado, nutrem a esperança de ser aprovados em um concurso público e ter a garantia de um emprego público, com estabilidade, boa remuneração, status social, têm sido repelidos e indesejados por esta parcela diminuta de servidores do INSS. Mas, como explicar que na maior autarquia pública da América Latina, em uma instituição empregadora que perdeu nos últimos sete anos mais da metade de sua força de trabalho e que precisa urgentemente da recomposição de seus quadros funcionais, há servidores(as) do próprio órgão que são contrários à realização de concurso público e à contratação de mais servidores?! A resposta é constrangedora! A contratação de novos servidores ameaça os “lucros” de parte dessa fração diminuta e mais raivosa de servidores do INSS, a qual tem utilizado os chamados BMOB/TERF/bônus para “tunar” os seus rendimentos, sendo que há entre alguns destes servidores os que chegam a triplicar, quadruplicar ou quintuplicar as suas remunerações mensais, alguns poucos, inclusive, recebendo mais do salário previsto para o teto constitucional, ou seja, mais até do que um ministro do STF, com cerca de R\$ 20, R\$ 25, R\$ 30 MIL REAIS à mais por mês de gratificação produtivista. Lógica que tem alimentado o número absurdo de indeferimentos que atualmente identificamos no INSS (para além do trabalho dos “robôs”), em uma perspectiva produtivista, produzido distorções salariais, mesmo entre os próprios servidores ativos e aprofundado o caos institucional que se encontra a autarquia previdenciária. Sendo assim, não é de se espantar que vejam na realização de concursos públicos, na contratação de novos(as) servidores(as) e na resolução do caos da indigna fila de espera do INSS, uma ameaça às suas pretensões e vantagens pessoais individualistas. Aos concursados, somos solidários à sua luta pela convocação imediata do máximo de aprovados e excedentes, desejando ainda que contribuam com compromisso, responsabilidade, respeito e dedicação ao atendimento qualificado e humano às demandas da população usuária. Por isso, também dizemos: **Respeitem os concursados e os sonhos que um dia também foram seus!**

Atacam ainda os(as) servidores(as) que defendem o histórico direito à jornada de 30 horas semanais de trabalho e que trabalham presencialmente nas APS, no atendimento direto à população, classificando-os como entulhos, obsoletos, desnecessários, defendendo ainda, para o nosso espanto, enquanto



servidores(as) públicos(as), que haja uma completa terceirização do atendimento do INSS, compreendendo, segundo a sua lógica, que o loteamento dos espaços internos do serviço público ao mercado seria algo benéfico e que fortaleceria uma determinada compreensão de “carreira de Estado” (nada mais ilusório, ingênuo e contraditório). Tais defesas tendem ao direcionamento dos últimos governos que planejavam a terceirização irrestrita e a privatização da previdência social pública. Sem previdência pública não há servidores(as) públicos(as), ou seja, é o fim da própria carreira do seguro social. **Assim, respeitem as nossas pautas históricas, das quais nenhum(a) trabalhador(a) deve abrir mão!**

Por fim, essas são as mesmas frações de servidores(as) que atacam as entidades sindicais, a FENASPS, os dirigentes sindicais, deslegitimando, desqualificando, insultando, inclusive no campo pessoal, tentando desestabilizá-los nas mesas de negociação, bem como nos demais espaços de debate. Tudo isso porque as entidades e seus dirigentes não se curvam aos caprichos de uma minoria (levando-se em consideração o conjunto das categorias filiadas, ativos, aposentados e pensionistas) e não lutam para privilegiar tão somente as pautas divisionistas dessa fração que busca, a todo o custo e momento, benefícios pessoais e restritos para parcela diminuta desses servidores e servidoras, excluindo aí a grande maioria dos servidores ativos do órgão, bem como dos servidores aposentados, pensionistas, além dos servidores dos demais ministérios que compõem a base da FENASPS.

Em síntese, após essas análises, é possível compreender a razão de tantos ataques que nós assistentes sociais do INSS temos sofrido por parte desses grupos diminutos. E, nesse sentido, é preciso que não paire nenhuma sombra de dúvida e que possamos reafirmar: *Sim, nós somos diferentes! Nós não nos encaixamos nesse mundo pequeno-burguês alienado, mesquinho e reacionário. Não desejamos compartilhar esta sociabilidade individualista e falso moralista. Sim, nós defendemos a classe trabalhadora, defendemos concurso público, atendimento presencial à população, a jornada de 30 horas, a valorização real dos salários “de todos os trabalhadores”, as entidades sindicais, a organização política, a participação coletiva, social e cidadã, a seguridade social, a previdência pública, universal e de qualidade, os serviços e servidores públicos e a democracia operária.*

Se, após a divulgação desta nota, essa fração diminuta de servidores que nos ataca, passará a nos odiar ainda mais, que o faça. Mas também que aprendam, além de nos odiar, também a nos respeitar e a nos temer, pois agora, além de saberem quem somos e o que pensamos, também saberão o que faremos diante de seus ataques!



Dessa forma, a CONASF vem orientar a toda a categoria de assistentes sociais do INSS que:

- 1 - Não respondam aos ataques desses grupos diminutos, não troquem insultos nem se rebaixem ao nível daqueles que nos atacam. Como sabemos, com esse tipo de gente não se discute nem se debate, mas sim combate-se!
- 2 - Juntem, colem, cataloguem todas as ofensas, sejam elas pessoais sejam coletivas (à categoria profissional) e remetam ao e-mail da CONASF (comissao.as.fenasps@gmail.com) para as devidas análises e mediações de providências políticas e jurídicas posteriores;
- 3 - Denunciem nos sindicatos estaduais, buscando apoio jurídico e registrem Boletim de Ocorrência (B.O), considerando que difamação, calúnia e injúria nas redes sociais se configuram como CRIMES previstos do Código Civil brasileiro, podendo, inclusive, gerar sanções penais, como multas e detenções ao agressor (busquem os dados deles(as) também), incluindo aqueles que utilizam perfis falsos ou anônimos. Para materialização de denúncia recomendamos: anotar o endereço eletrônico das redes sociais, nome de grupos de whatsapp, telegram e outros, fazer captura da tela (print screen) com os comentários e postagens que comprovem os crimes. Não se deixem intimidar!
- 4 - Encaminhar denúncia formal aos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) e ao Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) para que sejam analisadas as medidas cabíveis a adotar diante desta situação, considerando que o ataque realizado também foi à profissão e ao projeto ético-político profissional que nós assistentes sociais defendemos.

Por fim, a CONASF manifesta a sua mais ampla e irrestrita solidariedade a todas(as) assistentes sociais do INSS, bem como aos aposentados(as), pensionistas, aprovados(as) no concurso do INSS de 2022 e aos dirigentes sindicais, além de reiterarmos a defesa intransigente dos nossos princípios éticos e de nossos importantes instrumentos de luta, a exemplo da FENASPS e de seus sindicatos filiados!

**REPUDIAMOS OS ATAQUES E OFENSAS AOS ASSISTENTES SOCIAIS DO INSS
E DEMAIS SEGMENTOS DA CLASSE TRABALHADORA!!!**

PELO FIM DA CULTURA DE ÓDIO E DA IMPUNIDADE NA INTERNET!

Brasília-DF, 31 de março de 2023

POR NENHUM DIREITO A MENOS! SÓ A LUTA MUDA A VIDA!
COMISSÃO NACIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS DO INSS NA FENASPS
CONASF/FENASPS

